

AI-5: um presente de incerteza e sem horizonte para o futuro*

AI-5: a present of uncertainty without horizon for the future

Marialva Carlos Barbosa

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

* Este texto, com modificações, foi originalmente apresentado como conferência de abertura do Congresso Regional Sudeste da Associação Brasileira de História da Mídia, realizado em Belo Horizonte (MG), em 5 de junho de 2018.

Resumo

O artigo tem por objetivo mostrar como o jornalismo constrói uma memória cultural e midiática do AI-5, através de estratégias narrativas, produzindo e reatualizando, por exemplo, um esquecimento duradouro de muitas das significações daquele passado. Assim, enquanto algumas edições ganham relevância por espelharem um passado midiático heroico, outras são deliberadamente esquecidas. Como os jornais construíram aquele momento que se constituiria em páginas para um futuro de um passado numa narrativa repleta da dimensão histórica? Propomos, portanto, uma reflexão não apenas sobre a dimensão memorável do jornalismo, mas também do estabelecimento de vínculos desse mesmo jornalismo com o presente, o passado e o futuro numa teia de ressignificações narrativas.

Abstract

The article aims to show how journalism builds a cultural and mediatic memory around the AI-5 (Institutional Act nº 5), through narrative strategies, producing and re-updating, for example, a long-lasting forgetfulness of many of the meanings of that past. Thus, while some editions gain relevance for mirroring a heroic mediatic past, others are deliberately forgotten. How did the newspapers construct the moment that would constitute itself as pages for a future of a past in a narrative filled with historical dimension? We propose, therefore, a reflection not only on the memorable dimension of journalism, but also on the establishment of links connecting this same journalism with the present, the past and the future in a web of narrative resignifications.

Palavras-chave

Memória; história; narrativa; AI5.

Keywords

memory; history; narrative; AI-5.

A data marco do cinquentenário da promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) induz a uma reflexão sobre esse processo histórico quase contemporâneo. Isso porque para a história 50 anos é um tempo demasiadamente curto e como tal figura tanto na memória daqueles que viveram aquela época como também nas várias memórias herdadas pelas narrativas que remontam insistentemente o passado no presente.

A essas múltiplas memórias dos grupos – a família, os amigos, os sobreviventes, etc. – se junta outra fundamental na constituição de um passado representado que se torna novamente presente periodicamente: a midiática.

Não apenas nas datas comemorativas, mas também em outros momentos significativos – elevados à condição de emblemas – o passado comparece no presente e ganha novas significações. Também o trabalho dos pesquisadores produzem essa ação ao tentar interpretar esse tempo de outrora, sob novas bases e imersos em novas intencionalidades. Isso é, por exemplo, o que fazemos ao analisar, do ponto de vista de uma memória cultural e uma memória midiática, que dela faz parte, o acontecimento singular Ato Institucional nº 5.

No artigo vou destacar a forma como este acontecimento foi construído há 50 anos por alguns dos principais jornais do Brasil e mostrar que muitas das significações construídas naquele passado foram relegadas a um esquecimento duradouro, enquanto outras imagens ganharam a relevância de serem narradoras privilegiadas de um passado heroico midiático.

Nenhuma ditadura é branda

Apenas para contextualizar brevemente, sobretudo para aqueles que nunca viveram sob um regime de exceção, já vivíamos o quarto ano de um governo ditatorial, num momento em que em todo o mundo explodia diversos movimentos de contestação da política e dos costumes. No Brasil esses movimentos, sobretudo o dos jovens, associaram-se a

um combate mais organizado contra o regime, com a intensificação dos protestos dos estudantes. No decorrer do ano de 1968, também a Igreja aprofunda sua luta na defesa dos direitos humanos, enquanto lideranças, através de associações entre alguns dos mais importantes políticos de então, procuravam criar caminhos para combater a ditadura. Em São Paulo, inicia-se a primeira greve operária desde o início do regime militar, com a deflagração do movimento dos metalúrgicos de Osasco. Tudo isso se constituiu numa espécie de senha para os arautos do regime ditatorial clamarem pela implantação de mecanismos de exceção ainda mais duros para combater as chamadas “ideias subversivas”. O diagnóstico dos ditadores militares já tinha sido explicitado em outros momentos históricos: “vivia-se um processo de guerra revolucionária perpetrado pelos comunistas”, dizia-se então¹.

No início de setembro de 1968, o deputado Márcio Moreira Alves, do então MDB (Movimento Democrático Brasileiro), pronunciou um discurso em que apelava ao povo para não participar do desfile de 7 de setembro. Outro deputado, do mesmo partido político, Hermano Alves, escreveu uma série de artigos no jornal *Correio da Manhã*, que foram considerados como provocação ao regime. O governo solicitou ao Congresso a cassação dos dois deputados e a Câmara recusou, em 12 de dezembro, o pedido de licença para processar Márcio Moreira Alves. Estava dada a senha para a implantação de um período de exceção dos mais contundentes da história do Brasil.

Os 12 artigos do AI-5 eram precedidos por um preâmbulo que lembrava os objetivos daquilo que chamavam a “Revolução Brasileira de 31 de março de 1964”, reproduzindo a introdução do Ato Institucional nº 1 e, na sequência, por mais cinco parágrafos os Atos Institucionais nº 2 e nº 4, quando enfatizavam que era necessário dar prosseguimento à “obra revolucionária”. Os três parágrafos finais

¹ <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em 29 de maio de 2018.

do preâmbulo faziam menção aos “atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais”; a necessidade urgente para impedir que fosse frustrados dos “ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária”. Como último adendo afirmavam que os “fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do movimento de março de 1964”, o que obrigava “os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem providências que evitem a sua destruição” (Ato Institucional nº 5, 13 de dezembro 1968)².

Essas “providências”, a rigor, significavam a implantação de medidas ditatoriais extremas que inauguravam um período da mais completa ausência das garantias individuais e das liberdades, incluindo a de expressão. O presidente da República estava autorizado, sem qualquer apreciação judicial a decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens; e suspender a garantia do habeas-corpus (Ato Institucional nº 5, 13 de dezembro de 1968).

No mesmo dia foi decretado o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado e até o final do mês de dezembro 11 deputados federais foram cassados. Em janeiro de 1969, novos deputados foram cassados e também ministros do Supremo Tribunal Federal. A decretação do AI-5 representou na prática o recrudescimento das ações de repressão e da censura de maneira indiscriminada.

² Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm?TSPD_101_R0=2007f6ef5a0f057800598131e-2f36668hHF0000000000000000eaddcc8fff-f0000000000000000000000000000005b0f1ca-c00148a0028. Acesso em 29 de maio de 2018.

Uma página, uma memória, uma história

Como aquele presente que não abria qualquer brechas de esperança em direção ao futuro foi noticiado pelos jornais? Como os jornais construíram aquele momento que se constituiria em páginas para um futuro de um passado numa narrativa repleta da dimensão histórica? Ou seja: estou propondo uma reflexão não apenas sobre a dimensão memorável do jornalismo, mas do estabelecimento de vínculos desse mesmo jornalismo com o presente, o passado e o futuro numa teia de ressignificações narrativas.

Para isso, vamos realizar um duplo movimento: primeiro vamos refletir sobre o processo de construção de uma narrativa memorável pela imprensa, que transforma a própria produção jornalística numa espécie de síntese do acontecimento; na sequência, mostraremos, em edições esquecidas no futuro, as significações existentes naquele presente do acontecimento. Para isso analiso edições de alguns dos principais jornais do país que noticiaram o AI-5 procurando desvendar os jogos de narrar e que refletem a própria produção da história do jornalismo, enxergada pelas brechas da narrativa e que perduram do passado até o futuro.

Quando a referência no jornalismo é a promulgação do AI-5, a imagem que se multiplica é a da primeira página do *Jornal do Brasil* de 14 de dezembro de 1968. Essa imagem também se transforma numa espécie de síntese histórica do próprio mundo do jornalismo. Em maio de 2018, por exemplo, quando foi noticiada a morte do jornalista Alberto Dines, ao relembrar sua trajetória duas páginas do *Jornal do Brasil* foram mostradas para materializar a participação de Dines na memória cultural do jornalismo, transformando-se em emblemas de sua importância no campo e, ao mesmo tempo, em personagem histórico da profissão. A primeira relembra exatamente a edição que noticiou o AI-5 e a segunda a derrubada do

poder do presidente Salvador Allende do Chile em setembro 1973. Interessa aqui refletir sobre a página do AI-5 no *Jornal do Brasil* que de tanto ser lembrada, acionada por diversos mecanismos memoráveis, se transformou em síntese do próprio acontecimento e exemplo da ação dos jornalistas que teriam se insurgido contra a censura.



Figura 1 - *Jornal do Brasil*, 14 de dezembro de 1968, p.1
Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil

Assim, quando o tema é a atuação da imprensa brasileira no período ditatorial, a página do *Jornal do Brasil* se constitui em emblema da ação dos jornalistas, que, no futuro, apresentam o texto e os mecanismos profissionais como armas fundamentais para lutar contra a falta de liberdade. Nas suas vozes destacam-se as artimanhas que construíram para burlar a censura através das técnicas jornalísticas e do conhecimento profundo que possuíam da

profissão. As estratégias editoriais e o conhecimento textual são lembrados como as principais armas de luta (BARBOSA, 2014).

Lembrando a página memorável do AI-5, Alberto Dines, então editor do jornal, recordou inúmeras vezes ao longo de sua vida a forma como enfrentou a censura com a publicação desta edição. E na sua morte, mais uma vez, a página foi mostrada como síntese da sua atuação como um grande jornalista.

Vieram com muita educação, fardados e desarmados. Apresentaram-se e avisaram que passariam a acompanhar a notícia (...). Eles recebiam cópias das matérias e nós lhes levamos as provas das páginas – naquela época o jornal era composto embaixo, na oficina, onde se tirava uma prova para as revisões finais. Podiam mexer, mas não executaríamos as modificações pedidas, porque não sabiam que se alterava a prova na oficina. Descobriram isso 24 horas depois, fizemos o diabo. No jornal inteiro, até nos classificados, publicamos coisas muito visíveis, dando a entender que os jornalistas não estavam mais no controle. As 5 h da manhã, dia claro, saímos eu e o Carlos Lemos, o meu segundo, grande amigo e companheiro que comentou: ‘Fizemos uma edição histórica porque o *Jornal do Brasil* tomou uma posição’ (Alberto Dines, editor do *Jornal do Brasil*, em 1968. Depoimento. In: **Memória de repórter**, 2010, p. 88).

A edição é lembrada também por outros jornalistas, que destacam sempre o orgulho de ter feito parte daquele momento, que consideram histórico, e de, através das artimanhas editoriais empregadas, terem se insurgido contra a censura.

No dia seguinte, 9 horas da manhã, eu volto para a redação, e na sala do diretor Lywall Salles, dois milicos me dizem: ‘O senhor nos enganou’. ‘Eu não, os senhores assinaram todas as páginas. Se alguém se enganou foram os senhores.’ Ficaram quicando

e, em vez de oficiais do Exército, mandaram censores especializados da polícia política do DOPS. Mas essa foi uma página boa de fazer. Foi bonito (Carlos Lemos. Depoimento. In: **Memória de repórter**, 2010, p. 89).

Presente de incertezas

Olhando com atenção não apenas as edições de alguns dos principais jornais do país de 14 de dezembro de 1968 que anunciaram a edição do ato discricionário, mas também a edição do dia seguinte a promulgação do AI-5, é possível perceber pelas brechas que muitos dos jornais foram também alvo da ação da censura.

A edição bem comportada do *Jornal do Brasil* de 15 de dezembro de 1968 (sobretudo se comparada a foto que ilustra a matéria principal do General Costa e Silva, que agora aparece em meio corpo perfilado falando ao microfone com as mãos postas, com a imagem da véspera em que parecia se equilibrar sobre o próprio corpo) denota que a edição fora vigiada de perto. A manchete explora ao máximo as premissas de um jornalismo que fazia da informação objetivo estratégico de sobrevivência. Assim, destacam não apenas o que disse o presidente na manchete, mas enfatizam a disposição do governo em exacerbar ações no sentido de manter os militares no comando do país. Até mesmo as razões de uma possível censura é justificada através da voz oficial emanada do Quartel General do Exército.

Em nota oficial ontem divulgada, o QG da 1ª RM diz que 'o objetivo da censura é simplesmente o de proibir a divulgação de matéria subversiva de incitamento à desordem o que viesse desmoralizar o Governo ou as Forças Armadas e possa perturbar o clima de completa calma que reina em todo o território nacional'. (*Jornal do Brasil*, 15 de dezembro de 1968, p. 1).



Figura 2 - *Jornal do Brasil*, 15 de dezembro de 1968, p.1. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil.

No dia seguinte à promulgação do AI-5, diversos jornais em todo o país tiveram suas edições vigiadas pelos censores. Desde a véspera, a censura já se fazia presente em muitas redações. Uma pequena notícia do *Correio Braziliense*, reproduzindo parte do discurso do deputado Erivan França, descreve a ação dos censores e a amplitude de suas atuações.

O país inteiro acompanhou o desenrolar da sessão, cujo resultado deu grandeza ao Congresso Nacional. Mas hoje, vendo o *Correio Braziliense*, sinto o enorme contraste do dia de ontem com o de hoje. A imprensa censurada. A imprensa, que deveria divulgar os acontecimentos de ontem, não transcreveu o noticiário desta Casa, não publica os comentários políticos, não apresenta a resenha da Câmara dos Deputados. (*Correio Braziliense*, 14 de dezembro de 1968, p. 3)



Figura 3 - Correio Braziliense, 14 de dezembro de 1968, p.1.
 Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil.



Figura 4 - Correio Braziliense, 13 de dezembro de 1968, p.1.
 Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil.

Sem manchete, a edição censurada do *Correio Braziliense* de 14 de dezembro de 1968 anuncia laconicamente o AI-5 com dois títulos sem destaque: “Atos do Governo do Rio” e “Razões.” No texto, a reprodução literal do decreto e a voz oficial explicando as razões de sua promulgação. Na primeira página, dois conjuntos de fotos. O primeiro mostra as portas fechadas da Câmara dos Deputados e o segundo, no pé página, reproduz o rosto dos tripulantes vítimas de um desastre da aviação.

O contraste com a edição vibrante da véspera é gritante. No dia anterior, parecia que o jornal estava noticiando uma nova era, o que é visível através de fotos que mostram o clima emoção e de euforia que tomara o Congresso. Agora o que se avizinha é um presente de incertezas.

No dia 13 de dezembro de 1968, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Danton Jobim, enviou ofício ao Ministro da Justiça manifestando a “estraneza pelos abusos que foram cometidos contra a livre circulação dos jornais na cidade e em outras localidades do país” e protestava “contra os atos de censura prévia praticados nas redações por policiais em flagrante desrespeito à Constituição da República” (*Correio Braziliense*, 14 de dezembro de 1968, p. 3).

No Rio de Janeiro, a edição do jornal *O País* foi apreendida pela polícia. Agentes da Polícia Federal em missão de censura examinavam as primeiras páginas dos principais jornais, como *Correio da Manhã* e *Última Hora*, determinando que os “jornais fossem moderados com relação ao noticiário político”.

As visitas dos censores foram iniciadas por volta de 1.30 horas, quando três agentes estiveram na redação da Última Hora examinando as suas duas edições. Em seguida, rumaram para a redação do Correio da Manhã, onde o Diretor Superintendente, Sr. Osvaldo Peralva, alegando que 'pela Constituição a imprensa é livre' não permitiu que seu jornal fosse censurado e impediu a entrada dos agentes. (*Correio Braziliense*, 14 de dezembro de 1968, p. 3).

Entretanto, apesar da resistência parcial, o *Correio da Manhã* do dia seguinte reproduzia em sua edição "moderada" a síntese do acontecimento numa manchete que informava sobre a edição do ato institucional e do recesso do Congresso. Mais uma vez a pretensa norma de objetividade do jornalismo era utilizada como estratégia de sobrevivência em tempos de incerteza.



Figura 5 - *Correio da Manhã*, 14 de dezembro de 1968, p.1.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil.

Com a negativa à entrada dos agentes no prédio do *Correio da Manhã*, o quartirão da Avenida Gomes Freire, aonde ficava o jornal, foi tomado por policiais. Dois garotos que deixavam a sede de bicicleta foram detidos e tiveram os exemplares que transportavam apreendidos. Depois do incidente, mais algum tempo se passou até que o *Correio da Manhã* tivesse sua edição finalmente liberada. Na mesma madrugada uma pessoa que se identificou como agente do DOPS ligou para a redação da *Tribuna da Imprensa* informando sobre a colocação de uma bomba na sua gráfica.

Logo em seguida, vários agentes chegaram ao edifício sede do jornal, na Rua do Lavradio, examinando todas as suas dependências, mas nada encontraram. Enquanto isso se passava, os funcionários da *Tribuna da Imprensa* viveram momentos de apreensão, todos procurando colaborar com as autoridades nas buscas (*Correio Braziliense*, 14 de dezembro de 1968, p. 3).

A véspera da edição do AI-5 já deixava evidente a incerteza que estava sendo escrita para o futuro. Agentes do DOPS desde as primeiras horas da manhã apreendiam jornais nas bancas e até mesmo das mãos dos leitores os jornais eram retirados.

Jornaleiros mostravam-se surpresos e ao mesmo tempo revoltados com a medida das autoridades, mas procuravam evitar comentários a respeito, pois temiam represálias. Um deles, de nome Júlio, foi preso junto a sua banca, apenas porque procurou impedir a apreensão dos exemplares que estavam vendendo e que recebera durante a madrugada. (*Correio Braziliense*, 14 de dezembro de 1968, p. 3).

A maioria dos jornais destacou nas edições em que noticiaram a promulgação do AI-5 o recesso do Congresso, ainda que muitas vezes anunciando a esperança de que em dezembro ele

voltaria a funcionar, tal como fez o *Diário de Notícias*. Outros, como o jornal *Líder da cadeia dos Diários Associados*, particularizavam o “reforço a revolução” como justificativa para a adoção das medidas repressivas. A maioria limitou-se a trans-

crever a íntegra o Ato Institucional. Raros foram aqueles, como o *Diário da Noite*, que mostravam o recrudescimento da repressão, com a prisão de líderes políticos, como foi o caso ex-presidente Juscelino Kubitschek



Figuras 6, 7 e 8 - *Diário de Notícias*, *O Jornal* e *Diário da Noite*, 14 de dezembro de 1968, p. 1
 Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil

Esquecimento deliberado

A estratégia de produzir imediatamente o esquecimento do acontecimento mostro – o AI-5 – foi utilizada em profusão pelos jornais logo no dia posterior ao anúncio do Governo. A manchete do *Correio da Manhã* destacando como principal notícia do dia o fato do “Premier Britânico” ter sido criticado por “excessivo apego ao cargo” espelha uma tendência que é reproduzida por vários jornais do país. A referência à situação política é dada por uma pequena nota que informa: “Brasília é só calma em suas férias”.



Figura 9 - *Correio da Manhã*, 15 de dezembro de 1968, p. 1.
Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil.

A produção do esquecimento deliberado é ainda mais visível nos jornais populares. Encobertos pelas estratégias editoriais de usar artifícios de aproximação do público através da edição apelando às sensações do público – crimes, violências de todas as ordens, conteúdos exóticos e eróticos, entre outras tramas narrativas – produzem no dia da promulgação do AI-5 um hiato em suas narrativas, para noticiar com um destaque desviante notícias de cunho político. Imediatamente, entretanto, após essa brecha voltam

as suas táticas narrativas habituais: o acontecimento brecha se transforma em esquecimento deliberado.



Figura 10 - *Luta Democrática*, 13 de dezembro de 1968, p. 1.
Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil.



Figura 11 - *Luta Democrática*, 14 de dezembro de 1968, p. 1.
Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil.



Figura 12 - *Luta Democrática*, 15 de dezembro de 1968, p. 1.
Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil.

As três edições do jornal *Luta Democrática*, na véspera do AI-5, na promulgação e no dia seguinte, espelham não apenas o que estamos denominando esquecimento deliberado, como também deixa em evidência a criação de brechas narrativas que permitem a um acontecimento de natureza política ser tratado pelo viés das sensações. Assim, na véspera, o jornal já ensaia a prerrogativa do acontecimento político, agora espetacular, fazer parte do cardápio narrativo da primeira página. Antecedendo a manchete “Violentou 30 loucas”, anunciam no subtítulo a “Espetacular derrota do Governo na Câmara”. E explicam dando a dimensão da imprevisibilidade da derrota – o que a torna espetacular – através do ponto de exclamação acrescentado ao título “Negada licença para processar Márcio!”.

No dia seguinte a manchete anuncia em letras garrafais, tomando quase toda a primeira página, a promulgação do AI-5, chamado de novo ato institucional. Afinal só no futuro passaria a ser designado

por um número, cabendo nessa redução narrativa todas as ações discricionárias que ele introduziu.

E, por fim, no dia seguinte, não há mais na primeira página do jornal nenhuma menção ao recrudescimento do regime de exceção do país, e o jornal volta a sua normalidade narrativa, destacando crimes violentos, nudez explícita e outras tramas da editoria de polícia. O AI-5 deveria ser definitivamente apagado das possibilidades narrativas dos jornais.

Considerações finais

Através de múltiplos artifícios memoráveis, procuramos mostrar como os jornais brasileiros construíram o acontecimento político Ato Institucional nº 5, que deu início ao período de maior recrudescimento da ditadura no Brasil dos anos 1960.

Destacamos a utilização do que denominamos esquecimento deliberado, através de artifícios de duas ordens. A primeira, quando os jornais, valendo-se de suas artimanhas narrativas, produzem um breve hiato nas suas estratégias editoriais e fazem emergir os temas políticos ainda que envolvidos nas prerrogativas discursivas das tramas das notícias policiais, para no momento imediatamente posterior, apagar qualquer resquício daquele tema, mesmo não tendo sido submetido à ação censória. Neste caso, o esquecimento deliberado é uma atitude que procura fazer com que o periódico não se desvie da sua política editorial e das expectativas do seu público leitor.

O segundo artifício é, quando por força das determinações da censura, são instados a produzir um esquecimento deliberado do acontecimento nos dias imediatamente subsequentes para garantir a circulação do periódico. Assim, no caso da notícia da promulgação do AI-5 e da instauração de amplas medidas discricionárias no país, era preciso negar com profundidade a sua existência. Era necessário apagar da memória o acontecimento monstro para seguir a rotina de relatar

o mundo para o leitor. Algumas vezes, entretanto, no futuro os jornalistas que participaram desse momento destacam a utilização das artimanhas do texto e da edição para criar brechas no sentido de tentar burlar a censura. Entretanto, esse é muito mais um discurso construído para o futuro, não tendo naquele presente histórico a relevância que procuram investir suas ações quando narram o passado no futuro. O acontecimento continua vítima do esquecimento, mas, pelas brechas, os jornalistas sinalizam, na memória futura, que não se tratava de uma escolha, mas de uma imposição ao esquecimento.

De uma ou de outra maneira, a produção do esquecimento deliberado marca a tipologia de notícias construídas em torno desse momento político brasileiro. Cinquenta anos depois, poucos são os que se lembram das consequências nefastas do AI-5, dos mortos da ditadura, das vítimas dos cárceres hediondos e insidiosos. Cinquenta anos depois, observa-se mesmo, com estarecimento, um movimento político dos que clamam por novas intervenções militares. O esquecimento deliberado transforma-se em esquecimento duradouro e coloca em risco a vida democrática do país. O esquecimento deliberado torna-se chaga aberta no futuro. Cinquenta anos depois do AI-5 é preciso não esquecer. E lembrando podemos seguir rumo a um futuro no qual as incertezas não estarão mais presentes.

Referências

BARBOSA, Marialva. Imprensa e Golpe de 1964: entre o silêncio e as memórias de fatias do passado. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 11, p. 7-20, 2014.

SIQUEIRA, Carla et al. *Memória de repórter*. Depoimentos. Rio de Janeiro: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro, 2010.

Marialva Carlos Barbosa – Professora Titular de Jornalismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora 1 do CNPq. E-mail: marialva153@gmail.com

Recebido: 03 ago. 2018

Aprovado: 19 dez. 2018